
“O MESMO RIGOR, O MESMO PLURALISMO”: ANÁLISE DA “PARCERIA TRANSATLÂNTICA” ENTRE OS JORNAIS *PÚBLICO* E *FOLHA DE S. PAULO*

Thaís Braga

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, Portugal

RESUMO

Com base na premissa de que, por meio do discurso jornalístico, é possível reconhecer os sentidos socialmente partilhados, bem como as disputas simbólicas de poder, este artigo objetiva identificar e compreender de que maneira o compromisso normativo se manifesta no discurso jornalístico luso-brasileiro. A perspectiva normativa é aqui revista, pois sua tradicional associação à democracia dos Estados Unidos da América não se aplica a todas as sociedades. A partir de um estudo de caso mais amplo, selecionou-se o editorial publicado conjuntamente pelos jornais *Público* (Portugal) e *Folha de S. Paulo* (Brasil), em 9 julho de 2020, para a análise do fenómeno. Sob o guarda-chuva teórico-metodológico dos estudos do discurso, aplicou-se a técnica da análise crítica do discurso. Os resultados mostram que o discurso jornalístico luso-brasileiro atravessa cinco eixos: a informação digital; certa idealização do jornalismo como defensor da democracia; as questões migratórias; a língua portuguesa; e os objetivos europeus. De maneira alargada, *Público* e *Folha de S. Paulo* unem-se para ampliar a sua força no campo jornalístico. Entretanto, por mais que se almeje uma irmandade entre Portugal e Brasil, as particularidades político-institucionais de cada país abalam a fantasia criada. O caso também aponta para estratégias que os jornais tradicionalmente impressos têm adotado para reafirmar sua qualidade noticiosa, sobretudo diante dos mídias digitais e da desinformação.

PALAVRAS-CHAVE

análise crítica do discurso, Brasil, democracia, metajornalismo, Portugal

“THE SAME RIGOUR, THE SAME PLURALISM”: AN ANALYSIS OF THE “TRANSATLANTIC PARTNERSHIP” BETWEEN *PÚBLICO* AND *FOLHA DE S. PAULO* NEWSPAPERS

ABSTRACT

This paper is based on the premise that, through journalistic discourse, socially shared meanings and symbolic power disputes can be recognised. It aims to identify and understand how normative commitment manifests within Portuguese-Brazilian journalistic discourse. The normative perspective is examined here, as its traditional association with democracy in the United States does not necessarily apply to all societies. For this analysis, a broader case study was conducted, focusing on the editorial published jointly by *Público* (Portugal) and *Folha de S. Paulo* (Brazil) on July 9, 2020. Under the theoretical-methodological framework of discourse studies, critical discourse analysis was applied. The results indicate that Portuguese-Brazilian journalistic discourse spans five key axes: digital information, the idealisation of journalism as an advocate of democracy, migration issues, the Portuguese language, and European objectives. Broadly, *Público* and *Folha de S. Paulo* are collaborating to strengthen their position in the journalistic field. However, despite their aspiration for an alliance between Portugal and Brazil, the political and institutional particularities of each country undermine this ideal. The case also highlights

strategies adopted by traditionally printed newspapers to reaffirm their journalistic credibility, particularly in the face of digital media and misinformation.

KEYWORDS

critical discourse analysis, Brazil, democracy, meta-journalism, Portugal

1. INTRODUÇÃO

Numa acepção mais básica, o discurso jornalístico convoca um outro a observar a sociedade por dentro, pois ambos — jornais/jornalistas e audiência — não estão dissociados dela (V. França, 1998). Pelo contrário, a produção noticiosa molda-se a partir de acontecimentos públicos — isto é, a partir de questões que interessam à coletividade — apreendidos por um conjunto complexo de fatores profissionais, organizacionais, tecnológicos, políticos, econômicos e culturais (Belair-Gagnon, 2019; Deuze & Witschge, 2018). As notícias, como construção simbólica, não equivalem a um espelho, mas sim representam dada realidade — por isso, são um lugar de luta permanente (Couldry & Andreas, 2017; Martins, 2017). Esta perspectiva posiciona o jornalismo como uma entidade provisória, pois seu conjunto de práticas institucionalizadas insere-se numa teia de discursos sobrepostos e/ou conflitantes (Carlson, 2016). A aceitabilidade de qualquer representação dependerá de uma compreensão cultural mais ampla de formas expressivas válidas que estão abertas à contestação.

Assim, é importante compreender o ambiente discursivo em que o jornalismo se desenvolve — suas condições de produção, os atores envolvidos e os processos interpretativos que impactam diretamente na qualidade da comunicação —, sobretudo em países como Brasil e Portugal, que possuem relações históricas, cujas redes de poder cultural e político não só se mantiveram, como se multiplicaram (T. França & Padilla, 2019; Vargas et al., 2017); porém atualmente são posicionados como semiperiféricos (Borges & Afonso, 2018), ocupando espaços ambíguos no sistema econômico mundial. O primeiro, ex-colônia portuguesa, atua de forma ligeiramente imperialista diante de países sul-americanos e africanos; o segundo, antiga potência imperial, é visto como “colonizador subalterno”, oprimido na política europeia (Scalabrin Müller et al., 2023).

Sem a pretensão de generalizar os resultados, o artigo¹ objetiva identificar e compreender de que maneira o compromisso normativo se manifesta no discurso jornalístico luso-brasileiro. A partir de um estudo de caso mais amplo, selecionaram-se os jornais *Público* (Portugal) e *Folha de S. Paulo* (Brasil) para a análise do fenômeno. Uma vez que ambos têm ofertado a partilha de assinaturas digitais (<https://login.folha.com.br/assinatura/jornalpublico>), é possível encontrar pistas sobre como são construídos os

¹ Este artigo resulta parcialmente da tese *Narrativas Jornalísticas Sobre o Dia do Fogo na Amazônia (2019-2020): O Caso da Folha de S. Paulo (Brasil) e do Público (Portugal)*, desenvolvida no âmbito do doutoramento em Ciências da Comunicação no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, da Universidade do Minho. Uma versão preliminar do artigo foi discutida no Grupo de Trabalho Jornalismo e Sociedade do “XIII Congresso da Sopcom”, que decorreu em Braga, entre 24 e 26 de janeiro de 2024.

sentidos sociais acerca de temas semelhantes, bem como quais estratégias estão a ser utilizadas pelos jornais tradicionalmente produtores de edições impressas para reafirmar a sua força no campo jornalístico (Bourdieu, 2005). Esta premissa vai ao encontro do que aponta Franklin (2012): em vez de desaparecer, os jornais tradicionalmente produtores de edições impressas têm se mostrado cada vez mais integrados às mudanças impostas pelo ambiente digital, adaptando-se editorial e financeiramente para acomodar inovações em tecnologias midiáticas e mudanças nos requisitos do mercado.

Inicialmente, discutir-se-á a natureza normativa do jornalismo em sua relação com a democracia. Em seguida, serão apresentados os procedimentos metodológicos, com ênfase na técnica da análise crítica do discurso, que será utilizada para o exame do editorial publicado conjuntamente pelos jornais *Público* e *Folha de S. Paulo* em 9 de julho de 2020. Com este trabalho, espera-se contribuir para os estudos de jornalismo, principalmente para as análises comparadas luso-brasileiras. A *Folha de S. Paulo* é um jornal centenário e dispõe de extensa bibliografia sobre a sua trajetória, marcada por diferentes posicionamentos político-editoriais. O *Público*, por sua vez, com pouco mais de três décadas de funcionamento, surgiu num contexto de liberdade após a Revolução dos Cravos (1974) como resultado de um esforço planejado, na maior parte, por jornalistas até então vinculados ao jornal *Expresso*. Em concordância com Moisés de Lemos Martins (Carvalho, 2019), compartilhar a língua portuguesa, por si só, pouco significa, se não se desenvolverem projetos e trabalhos comuns. Neste sentido, responde-se aqui ao desafio apontado por Oliveira e Paulino (2017): perceber o que é comum ao jornalismo português e brasileiro a partir da consciência de que as ambiências socioculturais são díspares.

2. (META)JORNALISMO E DEMOCRACIA: UMA VISADA CRÍTICO-NORMATIVA

Uma das principais características do jornalismo, quando examinado sob as lentes da comunicação, é a sua consciência normativa (Carlson et al., 2018). A partir da ideia de construção social da realidade, a adesão a um padrão universal de comportamento dá sentido e legitima a prática jornalística, recusando-se a aceitar, de maneira automática, que as notícias cumprem um papel indispensável nas sociedades democráticas. A ênfase na "consciência" trata a norma como um arranjo complexo e recíproco entre o ideal e a prática, apontando para uma reconciliação entre o que foi aceite como dogma e o que é fluido e sujeito à transformação de muitas forças diferentes. Este entendimento permite que os estudos de jornalismo transitem entre o que McNair (1998) chama de "paradigma normativo" (que expressa o ideal ou como as coisas deveriam ser) e "crítico" (cujas abordagens concentra-se em como as coisas são, bem como nas lacunas entre o que é real e o que é ideal).

Inicialmente, a perspectiva normativa revela-se como alternativa ao comunismo, no qual a mídia é utilizada como ferramenta para suprimir a democracia. Num segundo momento, é justificada como forma de combater outros inimigos: o terrorismo internacional, algumas vezes vinculado ao fundamentalismo religioso ou outros movimentos "extremistas" ou revolucionários (McQuail, 2010). Ainda numa visada histórica, que

reflete sobre o crescimento do Estado-nação e o espírito do nacionalismo, é recorrente a referência a Carey (2007), para quem as origens do jornalismo são as mesmas das formas republicanas ou democráticas de governança. Ou seja: sem jornalismo, sem democracia.

A teoria normativa da comunicação explica como o discurso público deve ser conduzido para que uma comunidade ou nação encontre soluções para seus problemas (Christians et al., 2009). Em outras palavras, tenta explicar como certas formas de discurso público — por exemplo, o discurso jornalístico — levam a boas decisões coletivas. Sua característica mais fundamental reside na relação entre a concepção de democracia em uma sociedade particular e os papéis concretos dos atores no discurso público. Neste sentido, democracia significa soberania popular, a qual se define mediante dois critérios básicos: igualdade e liberdade.

Em Hanitzsch (2019), percebe-se que a maioria dos papéis normativos dos jornalistas deriva de uma visão que enfatiza a potencial contribuição do jornalismo para o funcionamento adequado da democracia. Por isso, espera-se que a mídia forneça vigilância e informações sobre acontecimentos potencialmente relevantes e seus contextos; comentários, orientações e conselhos sobre questões complexas; os meios para acesso, expressão e participação política; contribuam para a consciência compartilhada; ajam como críticos e vigilantes para responsabilizar os poderosos. Da mesma forma, Thomas (2019) considera o jornalismo não apenas central para o funcionamento de uma democracia, mas também o vê como um agente de controle e mudança social.

Para Martins (2010), enquanto prática discursiva, o jornalismo funda o espaço público alargado, de forma que a experiência coletiva e o discurso tornam-se indissociáveis. O autor defende que o jornalismo tem como razão de ser o exercício da cidadania e a construção da memória pública, apenas se justificando como capacitação para uma prática mais sustentada de participação cívica. Além disso, dispõe de valores que sustentam a ordem democrática: a liberdade, a justiça social, a equidade e o bem público.

Traquina (2005) afirma que a democracia não pode ser imaginada como um sistema de governo sem liberdade. Neste sentido, o jornalismo assume o papel de informar o público sem censura, bem como, num quadro de divisão do poder entre os poderes, a responsabilidade de ser o guardião do governo. No seio da teoria normativa, a liberdade no exercício do jornalismo torna-se útil aos cidadãos que buscam se informar o suficiente para desempenhar suas responsabilidades cívicas. Dissociados, por defeito, dos laços políticos, os jornais devem servir aos leitores, apresentando-lhes fatos, e não opiniões.

A natureza normativa do jornalismo constitui a base da sua identidade profissional, isto é, distingue os jornalistas de outros profissionais na indústria, bem como define a maneira como se avalia, se critica e se julgam outros jornalistas e diferentes formas de jornalismo (Mesquita, 2023). No entanto, é um entendimento aberto a interpretações e suas regras e normas mudam de acordo com construções ideológicas e contextos culturais. Hanitzsch (2019) aponta que o paradigma normativo do jornalismo se articula dentro das noções ocidentais de democracia, que enfatizam a liberdade e a liberdade individual. Thomas (2019) destaca que suas considerações acerca da utilidade como âncora normativa do jornalismo restringem-se a uma estrutura democrática de governo.

É certo que a relação entre o jornalismo e a democracia resulta nomeadamente dos Estados Unidos da América, entre o final do século XIX e o início do século XX (Hallin & Giles, 2005). Contudo, o jornalismo desenvolveu-se “além do estágio em que um país pode assumir o paradigma certo para todos os outros países” (Joseph, 2013, p. 445).

Schudson (2011) não nega a importância do jornalismo para a democracia — pelo contrário, o estatuto do seu trabalho é seminal nas teorias democráticas da profissão —, entretanto defende que o jornalismo, por si só, não representa, tampouco cria a democracia. Para Zelizer (2017), embora historicamente o jornalismo tenha sido necessário para a democracia, o contrário não se aplica, dado que a ideia de democracia como tábuas de salvação do jornalismo não foi apoiada na prática. Isso não nega o fato de que ser jornalista em sociedades democráticas pode ser menos perigoso do que ser jornalista em regimes não democráticos. Entretanto, a autora sugere que o jornalismo, de alguma forma, floresceu em lugares onde a democracia não.

De acordo com McQuail (2010), o paradigma normativo do jornalismo pressupõe um tipo de “boa sociedade”, que seria democrática, liberal, plural, consensual, ordenada e bem-informada. As desigualdades socioeconômicas não são essencialmente problemáticas ou injustas, uma vez que as tensões e conflitos podem ser resolvidos pelos meios institucionais existentes. Contudo, o autor reconhece que esta visão pressupõe uma sociedade idealizada — o chamado “modo de vida ocidental” —, logo não contempla as contradições vividas pelos países em desenvolvimento ou de Terceiro Mundo.

Albuquerque (2005, 2019b) concorda que, nas últimas décadas do século XX, o jornalismo estadunidense estabeleceu-se como um padrão quase universal em relação ao qual o jornalismo de outros países é avaliado. Na maioria dos casos, a influência é avaliada positivamente, pois se associa a valores como profissionalismo, independência e democracia. No modelo empírico proposto por Brüggemann et al. (2014), Portugal faz parte de um sistema mediático ocidental, que inclui Bélgica, Holanda, Irlanda e Estados Unidos. Todavia, a classificação não contempla países como o Brasil.

Essas nuances reforçam a necessidade de se refletir sobre o que é o jornalismo — num sentido crítico/descritivo — e o que o jornalismo deveria ser — num sentido normativo. A análise da produção discursiva dos jornais *Público* e *Folha de S. Paulo* tem sido utilizada em estudos recentes, no entanto, inova-se aqui ao evocar o exame metajornalístico — isto é, do jornalismo sobre o jornalismo —, de forma a criticar os códigos, as convenções e as circunstâncias da sua construção (Deuze, 2001, 2003). Este tipo de discurso parece ter ganho mais força no ambiente digital, dado que a capacidade e a vontade de refletir publicamente sobre si e de ser abertamente autocrítico são geralmente bem-vistas. O jornalismo torna-se “meta” quando discute o seu trabalho em um produto noticioso, como os editoriais e a imprensa especializada. Há ainda formas contemporâneas de clamar pela autoridade jornalística, como os *podcasts* (Perdomo & Rodrigues-Rouleau, 2022). A autopercepção, especialmente do papel social e do poder relativo, molda as interações do jornalista com outros atores públicos (Moon, 2021) — o que acaba por conduzir à reinterpretção da natureza normativa do jornalismo ao longo do tempo. Da mesma forma, o metajornalismo proporciona a estabilização do campo por meio de experiências e o discurso emerge do processo em que os jornalistas

dão sentido ao mundo e situam o seu papel nele (Perreault, Perreault, & Maares, 2022; Perreault, Tandoc, & Caberlon, 2023).

A seguir, a proposta dos jornais *Público* e *Folha de S. Paulo* será objeto de análise crítica a partir do editorial publicado em 9 de julho de 2020. Antes, apresenta-se o método de investigação.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Parte de uma pesquisa qualitativa mais ampla, este estudo apoia-se na metodologia da análise do discurso, que representa um guarda-chuva, cuja estrutura (suas hastes) abriga diferentes correntes epistemológicas (Guimarães et al., 2020). É certo que o dispositivo de análise tem sofrido constantes alterações, em concordância com a própria natureza da disciplina — que admite o discurso como uma materialidade em contínuo movimento. Por isso, de maneira específica, dialoga-se com os estudos críticos, que admitem o discurso como um evento sociocognitivo complexo, que envolve atores sociais num contexto específico (tempo, lugar, circunstâncias). Busca-se, assim, compreender não apenas o texto, mas a ambiência mais ampla (van Dijk, 2017).

A “parceria transatlântica” entre o *Público* e a *Folha de S. Paulo* configura-se como um estudo de caso, pois é ilustrativa da produção jornalística e fornece pistas sobre a sociedade luso-brasileira de forma descritiva, em profundidade e não confirmatória (Gerring, 2004). Por meio de uma amostragem não probabilística de casos típicos, selecionou-se o editorial intitulado “Carta aos Leitores do *PÚBLICO* e da *Folha de S. Paulo*”. Como técnica complementar de recolha de dados, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas em profundidade com o jornalista e professor universitário Joaquim Fidalgo, que participou de forma ativa da criação do *Público*, e com o atual secretário de redação da *Folha de S. Paulo*, o jornalista Vinícius Mota. A técnica mostrou-se útil, por envolver poucas pessoas e suscitar a profundidade de informações (Guion et al., 2011).

Operacionalizou-se a análise crítica do discurso (ver Tabela 1), admitindo que a maneira como foram construídas as estruturas do discurso jornalístico podem influenciar modelos mentais específicos e representações genéricas da audiência (van Dijk, 1998, 2015). A partir de superestruturas esquemáticas gerais — isto é, excertos estrategicamente posicionados (de acordo com hierarquia, códigos e convenções jornalísticas) no editorial assinado por Manuel Carvalho e Sérgio Dávila, os respectivos diretores do *Público* e da *Folha de S. Paulo* na altura —, discutir-se-ão, na seção seguinte, as macroestruturas semânticas, que representam o significado global do discurso. Não se consideraram o quinto, nem o sexto parágrafos do editorial, dado que continham informações repetidas — e o enquadramento foge ao escopo deste trabalho. Assim, identificou-se que o compromisso normativo se manifesta no discurso jornalístico luso-brasileiro a partir de cinco eixos: a informação digital; certa idealização do jornalismo como defensor da democracia; as questões migratórias; a língua portuguesa; e os objetivos europeus.

	SUPERESTRUTURAS	MACROESTRUTURAS
Submanchete	"Ler sem restrições as edições digitais" "É um gesto original – primeira parceria transatlântica"	Informação digital
Primeiro parágrafo	"Se há um enorme oceano que nos separa, há também uma língua, uma cultura e um código de valores que nos aproximam" "Compromisso com a democracia, o Estado de direito ou pela nossa devoção aos direitos humanos"	Idealização
Segundo parágrafo	"Jornalismo baseado no rigor, na independência, no pluralismo, na rejeição do sensacionalismo e na valorização do sentido de serviço público"	
Terceiro parágrafo	"Enormes comunidades de portugueses que vivem no Brasil ou de brasileiros que habitam em Portugal"	Migração
Quarto parágrafo	"Dimensão universal da língua de Camões ou de Machado de Assis ou da cultura que essa língua comum projecta" "Os desafios europeus, os riscos ambientais, as crises da pandemia ou as ameaças à democracia"	Língua portuguesa Objetivos europeus

Tabela 1. Superestruturas e macroestruturas da "Carta aos Leitores do PÚBLICO e da Folha de S. Paulo"

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. INFORMAÇÃO DIGITAL

A última década do século XX marcou a transição digital para a *Folha de S. Paulo*, que deixou de ser apenas um jornal produtor de edições impressas para se tornar um grupo mediático fornecedor de conteúdos em diferentes formatos e plataformas por meio do portal Universo On-Line (UOL), que é uma *holding* controlada por Luiz Frias, o atual *publisher* da *Folha de S. Paulo* (Aguiar, 2016). Por seu turno, desde 1995, o *Público* disponibiliza o seu conteúdo em um portal da internet. As trajetórias digitais de ambos os periódicos se entrelaçaram em 2014, quando o *Público* passou a apresentar uma versão brasileira do seu *site* (<https://www.publico.pt>) no domínio do UOL. No período mencionado, era possível acessar o sítio <https://www.publico.uol.com.br>. A aproximação entre os dois refinou-se com a partilha de assinaturas digitais, em vigor desde 2020.

A atual iniciativa conjunta dos jornais *Público* e *Folha de S. Paulo* reitera o posicionamento de Franklin (2012), de que os periódicos não se resumem à publicação de edições em papel, tampouco estão em vias de desaparecimento. É certo que ambos mantêm suas tiragens impressas, porém igualmente mostram sua força no ambiente digital — com a criação de *podcasts* e de perfis na mídia social. Os dois jornais estão entre os líderes de audiência nos seus respectivos países no segmento de publicações diárias. Segundo o Índice Verificador de Comunicação, em julho de 2023, *Folha de S. Paulo* era o jornal mais consumido do Brasil, com 796.088 exemplares pagos. Deste número, mais de 94% (752.019) referia-se à circulação digital. Por sua vez, dados da Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação apontam que, no segundo trimestre de 2023, a circulação paga digital do *Público* foi de 47.227 exemplares, enquanto a circulação impressa foi de 10.256 (pouco mais de 21% da digital).

O’Sullivan et al. (2017) apontam que a materialidade do objeto impresso e as estruturas culturais construídas em torno dele funcionam como uma matriz que facilita a inovação, permitindo que os jornais coexistam com a mídia digital. Em concordância, Mesquita (2023) assinala que a produção de informação por diferentes atores sociais — o que antes da disseminação das tecnologias de informação e comunicação era domínio dos jornalistas e das redações (Deuze & Witschge, 2018) — forçam a mídia tradicional a produzir um jornalismo alinhado aos valores normativos, promovendo a mudança e a transformação social. Isto mostra que o *Público* e a *Folha de S. Paulo* estão dispostos a competir pela audiência, sobretudo a digital, demarcando-se a partir de certos princípios. Apesar de limitada pelo acesso à internet, a partilha de assinaturas digitais não constitui uma falha, e sim uma mais-valia para os dois jornais — que são alçados a um patamar internacional ou, pelo menos, luso-brasileiro, justamente num espaço onde a desinformação² tende a ocorrer de maneira mais frequente. O argumento da internacionalização pode naturalmente ser desafiado, uma vez que, de acordo com o jornalista e professor universitário Joaquim Fidalgo, o cosmopolitismo é uma das características fundamentais do *Público*, ou seja, o que ocorre no estrangeiro é frequentemente destacado nas manchetes, independentemente do segmento (economia, política, sociedade, cultura, desporto, etc.) desde a sua criação, em 1990. Da mesma forma, a *Folha de S. Paulo* apoia-se nas agências de notícias e em alguns correspondentes para perceber os principais acontecimentos do mundo.

O mais provável é que, para o periódico português, o acesso ao conteúdo da *Folha de S. Paulo* seja importante não apenas para a audiência, mas também para os próprios jornalistas — que têm no jornal brasileiro um canal de fontes de informação. Isto é relevante para cobrir temas mais amplos a Portugal e Brasil — como as questões ambientais —, sobretudo quando há limitações de recursos humanos e financeiros. Para o periódico brasileiro, a partilha de assinaturas digitais destaca-se pelo caráter simbólico, no sentido de demarcar-se dos seus concorrentes nacionais. Quando surgiu, em 1921, a *Folha de S. Paulo* procurava dialogar com leitores da classe média urbana, a exemplo de funcionários públicos, de pequenos comerciantes e de uma parcela da classe operária; da mesma forma, seguia um viés urbanístico em oposição aos demais periódicos, como o *Estadão*, que tratavam predominantemente dos interesses da oligarquia agrária (Souza, 2019). Ainda hoje permanece como característica do sistema midiático brasileiro a concentração da propriedade por grupos familiares — no caso, a *Folha de S. Paulo* pertence à segunda geração da família Frias (Azevedo, 2006). A parceria com o *Público* aproxima-a do jornalismo normativo e de práticas mais comprometidas socialmente. Mesquita (2023) argumenta que, mesmo em contextos menos democráticos ou em democracias em desenvolvimento — como o Brasil —, o papel e a função cívica do jornalismo, os seus compromissos éticos com a democracia, a pluralidade e o acesso à

² A expressão “fake news”, popularizada pela eleição presidencial nos Estados Unidos da América, em 2016, possui ampla aceção, podendo significar desde notícias fabricadas que circulam pelos mídias sociais até ao descrédito genérico dos meios de comunicação social (Quandt et al., 2019). Neste estudo, em concordância com L. Wu et al. (2019), opta-se por referir à “desinformação” (*misinformation*) de forma extensiva a fim de incluir todas as informações falsas ou imprecisas divulgadas pelos mídias sociais, independente de terem sido deliberadamente criadas ou não.

informação, e a sua adesão a papéis e normas profissionais são generalizados. Assim, a iniciativa luso-brasileira parece dar à *Folha de S. Paulo* a chance não de escapar da disputa interna, mas sim de se fortalecer nela, pois passa a olhar as questões nacionais e internacionais sob o ponto de vista europeu.

4.2. IDEALIZAÇÃO

A referência à originalidade da partilha de assinaturas digitais reafirma o compromisso normativo do *Público* e da *Folha de S. Paulo*. Diante da proliferação de fontes online de conteúdo, muitas de confiabilidade e veracidade desconhecidas, a autorreflexão e a transparência no processo de produção jornalística revelam-se diferenciais no mercado da informação (McNair, 2017). Porém, igualmente se percebe uma apresentação romantizada como defensores da democracia. Em concordância com o posicionamento de que não necessariamente jornalismo e democracia são equivalentes (Hanitzsch, 2019; McQuail, 2010; Schudson, 2011; Thomas, 2019; Zelizer, 2017), a crítica de Nerone (2013) é aqui adequada: a evocação ao caráter normativo do jornalismo beira a fantasia, já que as normas idealizam o que agentes perfeitos fazem em situações perfeitas. Nesta matéria, Eldridge (2017) explica que, ao falar de si por meio de retratos típicos ideais e de valores enaltecidos (quase como sinônimos de "heróis" e de representantes do "bem"), os jornalistas oferecem o que têm de melhor ao público: a sua "visão dominante".

Convém lembrar que a *Folha de S. Paulo* teve diferentes proprietários ao longo do seu centenário. Nas primeiras décadas após sua fundação, em 1921, permaneceu sem grande importância, tampouco comprometida com a democracia, chegando a apoiar o golpe militar de 1964 e adotando uma atitude aquiescente e discreta até quase o fim do período ditatorial (Albuquerque, 2019a). Isto porque, em termos ideológicos, o jornal brasileiro refletia a concordância entre o empresariado e o Governo militar em combater as ideias comunistas (Dias, 2012). Essa postura mudou entre 1983–1984, quando o periódico se envolveu na campanha Diretas Já — um movimento popular em favor do restabelecimento das eleições diretas para a Presidência. Entretanto, essa transformação ocorreu por razões mercadológicas, pois os donos da *Folha de S. Paulo* da altura, Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, perceberam que o jornal só poderia prosperar num regime democrático. Assim, reestruturou-se como um jornal de resistência no período de redemocratização.

Quando a *Folha de S. Paulo* se une ao *Público* e declara publicamente o seu compromisso com a democracia, é preciso atenção para o fato de que, talvez, seu compromisso principal seja consigo própria. Isto porque, apesar de se mostrar apartidária, independente e pluralista, o jornal brasileiro adota posicionamentos próprios na cobertura de determinadas questões (Paixão Marcos, 2018) — especialmente em temas internos. Em relação ao ex-Presidente Jair Bolsonaro (2019–2021), claramente foi opositora, sobretudo na cobertura da pandemia de COVID-19, quando, juntamente com outros veículos de comunicação social (portal g1 e UOL, além dos jornais *O Globo*, *Extra*, *Estadão*), consolidou o número de casos e de mortes em decorrência da doença, após o Governo

Federal dificultar o acesso aos dados. Todavia, as críticas aos Governos do Partido dos Trabalhadores, que estiveram à frente do executivo nacional entre 2003 e 2016, em certa medida, contribuíram para a animosidade das eleições majoritárias de 2018, da qual Bolsonaro saiu vitorioso.

O compromisso normativo do *Público* mostra-se mais sólido, apesar de o jornal português também ser vinculado ao capital privado, o grupo Sociedade Nacional de Estratificados (Sonae)³. Isto porque a ideia de criação de um jornal diário partiu de um grupo de jornalistas que já trabalhava no semanário *Expresso*, mas que buscava a modernização da imprensa em Portugal, a exemplo de outros países da Europa. Ou seja, os valores partiram de dentro (dos profissionais) para fora (os investidores). Além disso, o contexto possibilitado pela Revolução dos Cravos — que deu fim ao Salazarismo (1933–1974) em Portugal e, diferente da América Latina ou da Espanha, não decorreu de um plano ou da concretização de acordos de elite (Rezola, 2008) — atesta fiabilidade ao discurso normativo do *Público*. Em entrevista, Joaquim Fidalgo afirmou que o líder da Sonae na altura, Belmiro Mendes de Azevedo, via como um bom negócio a independência do *Público* — tal como mencionado acerca da adesão da *Folha de S. Paulo* à democracia. No entanto, a separação entre o jornalismo e os lucros foi demarcada desde o princípio:

na primeira edição do jornal, foi publicado um texto conjunto — a nossa magna carta — em que se declarou formalmente os papéis de cada um, dos jornalistas e do investidor. O senhor Belmiro de Azevedo contava-nos que havia pessoas dentro do grupo Sonae que ficavam aborrecidas com algumas matérias incômodas que nós fazíamos, ao que ele respondia que não podia se meter no trabalho do *Público*. A única coisa que pedia é que sempre fossem ouvidas as duas partes – podíamos “falar mal” do grupo, entretanto também tínhamos que ouvir a versão deles dos fatos. Neste aspecto, foi uma história exemplar, da qual muita gente tinha dúvidas. (Joaquim Fidalgo, comunicação pessoal, 21 de outubro, 2020)

Ainda na categoria “idealização”, quando se referem ao oceano Atlântico — no sentido de que a distância física não é impedimento para a aproximação entre Portugal e Brasil —, *Público* e *Folha de S. Paulo* trazem à tona a lembrança das expansões ultramarinas. Embora, para o lado português, a memória histórica possa ser mais bem vista, não se pode esquecer que esse contexto sócio-histórico inclui o genocídio dos povos indígenas, o comércio transatlântico de escravos, a transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1808 e o processo atípico de independência no Brasil (Scalabrin Müller et al., 2023). A tentativa de estreitar os laços entre os dois países, sem o reconhecimento adequado de que essa relação é atravessada por consequências sociais, políticas e econômicas de um passado colonial, desafia o compromisso normativo defendido pelos periódicos. Afinal, os jornalistas brasileiros enfrentam maior vulnerabilidade do que os

³ A empresa Público Comunicação Social S.A. faz parte da *sub-holding* Sonaecom.

portugueses — por mais que, de maneira geral, os jornalistas trabalhem num ambiente precário, dadas as relações burocráticas da redação, os prazos e o relacionamento com as fontes de informação. Enquanto a edição de 2023 do ranking mundial de liberdade de imprensa⁴ posiciona Portugal como o nono país mais seguro para o exercício da profissão, com liberdade robusta para que os jornalistas possam conduzir suas reportagens sem restrições — ainda que alguns possam enfrentar ameaças de grupos extremistas —, o Brasil ocupa a 92.^a posição. Na cobertura ambiental, os jornalistas de países de Terceiro Mundo ou em desenvolvimento correm maior risco de prisão, assassinato, agressão, ameaças, sequestro, autoexílio, ações judiciais e assédio do que os jornalistas que cobrem outros temas (Freedman, 2020). Durante a pandemia de COVID-19, enquanto os jornalistas portugueses lidavam com os desafios do teletrabalho (Miranda et al., 2021), os brasileiros (sobretudo as mulheres jornalistas) eram diretamente atacados pelo ex-Presidente Bolsonaro com insultos, humilhações e ameaças vulgares (Nicoletti & Flores, 2022). Portanto, a conjuntura político-institucional de cada país coloca à prova a normatividade do jornalismo luso-brasileiro.

4.3. MIGRAÇÃO

Conforme já apontado, o jornalismo internacional é uma das características do *Público*, que frequentemente destaca o que se passa nos Estados Unidos — o centro das atenções por excelência nas notícias internacionais (H. Wu, 2000) — e nos principais centros da Europa. Em entrevista, Joaquim Fidalgo afirmou que o Brasil não se encaixa propriamente nas preocupações do jornal português. Nos primeiros anos após a sua criação, quando o Brasil se encaminhava para o fim da ditadura militar, o *Público* costumava destacar o plano cultural brasileiro, impulsionado pelas telenovelas. Nos dias de hoje, há mais interesse em questões político-econômicas, e não apenas culturais. Segundo Fidalgo, “o fato de haver cada vez mais brasileiros em Portugal acaba por criar um interesse maior, não por ser o Brasil, mas por ser o que está mais presente na vida cotidiana dos portugueses” (comunicação pessoal, 21 de outubro, 2020).

T. França e Padilla (2019) apontam que, desde o final dos anos 1970, há um fluxo migratório do Brasil para Portugal. A onda de imigração mais recente está em curso desde 2016, impulsionada pela recuperação econômica portuguesa em contraposição à crise político-econômica brasileira, que se iniciou com o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff (2011–2016). Dados de 2022 do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras indicam que, dos 781.915 imigrantes regulares em Portugal, os brasileiros representam a maior comunidade: 239.744 pessoas (30,7% do total de estrangeiros). Poder-se-ia afirmar que, em concordância com Thomas (2019), a iniciativa dos jornais *Público* e *Folha de S. Paulo* ajuda as pessoas a se orientar para o mundo ao seu redor. Porém, sendo a economia um importante preditor das notícias internacionais (H. Wu, 2000), é possível que a vantagem econômica advinda da imigração, além da proximidade cultural — que será discutida adiante —, justifique o interesse português na audiência brasileira.

⁴ Ver <https://rsf.org/pt-br/ranking>.

Do lado brasileiro, o êxodo de cidadãos partindo do país também pode ser motivo para que se tente perceber o que se passa em Portugal e na Europa — até porque, na primeira década do século XXI, os brasileiros geralmente emigravam para os Estados Unidos (Assis, 2021). No entanto, a postura parece mais reativa do que proativa. Em entrevista, o secretário de redação da *Folha de S. Paulo*, Vinícius Mota, afirmou que as referências para o jornal brasileiro são os diários dos Estados Unidos e do Reino Unido. A parceria com o *Público* mostra-se oportuna para expandir sua audiência, pois, no campo jornalístico, há uma competição permanente para se apropriar não apenas do público, mas também das estratégias para conquistar esse público (Bourdieu, 2005). Da mesma forma que a associação luso-brasileira fortalece-a internamente, a *Folha de S. Paulo* conquista prestígio internacional — tornando-se referência de jornalismo brasileiro — por intermédio do *Público*.

4.4. LÍNGUA PORTUGUESA

A menção a expoentes da literatura luso-brasileira (Camões e Machado de Assis) reforça a ideia de uma cultura comum ligada por um patrimônio imaterial: a língua portuguesa. Afinal, a partilha do idioma e os laços coloniais são fatores culturais que influenciam o fluxo internacional de notícias (Sakurai, 2017). No entanto, as práticas e as orientações jornalísticas luso-brasileiras são determinadas pelos respectivos contextos nacionais (Novais et al., 2013). Isto significa que os jornalismo brasileiro e português resultam de experiências institucionais, sociais e culturais específicas, de forma que não se pode falar de uma comunidade jornalística “desterritorializada” ou translocal de língua portuguesa. Logo, a “parceria transatlântica” é colocada em xeque. Convém lembrar que o acordo ortográfico — em vigor desde 2015 — unifica a ortografia (não a pronúncia) entre os países lusófonos, contudo as críticas ao instrumento — pelo lado português — desafiam a ideia de uma compreensão compartilhada. Um dos argumentos contrários mais frequentes refere-se à perda do prestígio de Portugal e da língua falada em território português, como se o acordo ortográfico subjugasse a antiga metrópole ao Brasil, dado que a maior parte das alterações foi feita no português europeu (Ninitas, 2020) e que o maior número de falantes da língua portuguesa encontra-se na cidade de São Paulo — onde vivem mais de 11 milhões de pessoas, conforme o censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística⁵, número que ultrapassa a população portuguesa.

Público e *Folha de S. Paulo* falam em “criar laços, aproximar brasileiros e portugueses, herdeiros da mesma língua e de uma raiz cultural comum”, entretanto, para o periódico português, a questão linguística é um ponto sensível. Em artigos de opinião do *Público*, ao final do texto, a mensagem “o autor é colunista do PÚBLICO e escreve segundo o novo acordo ortográfico” manifesta a concordância com o acordo ortográfico. Ao que parece, quando o colunista não subscreve o instrumento, tal frase não é expressa. Esse posicionamento contradiz não apenas o compromisso normativo do *Público*,

⁵ <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/sao-paulo.html>.

como também um dos objetivos europeus, que é o respeito pela riqueza da diversidade cultural e linguística.

4.5. OBJETIVOS EUROPEUS

Ao se comprometer em enfrentar os desafios sociais contemporâneos, *Público* e *Folha de S. Paulo* aquiescem a agenda de valores europeus, que atravessa uma questão fundamental: o bom funcionamento da democracia. Porém, não é possível traçar paralelos entre Brasil e Portugal neste sentido. Contemporaneamente, apesar do crescimento do partido Chega, cujo líder André Ventura tende a discordar das regras democráticas formais, prometendo mudar o sistema constitucional vigente (Serrano, 2020), ainda não está claro em que medida as instituições públicas portuguesas são desestabilizadas por uma liderança política que se expressa sobretudo na mídia social. O compromisso normativo dos dois jornais opõe-se claramente à postura populista de Ventura, dado que o político costuma hostilizar imigrantes e ciganos.

No entanto, conforme discutido antes, o Brasil não possui um cenário midiático pluralista, mas sim oligopólios constituídos no período autoritário (Avritzer, 2020) — e a *Folha de S. Paulo* é um deles. Albuquerque (2005, 2019b) afirma que o Brasil se apropriou da retórica e das práticas jornalísticas dos Estados Unidos — o exemplo de democracia ocidental —, adaptando-as (em vez de adotá-las) ao seu próprio ambiente cultural. Na visão do autor, a democracia brasileira era tida como a mais sólida da América do Sul, por ter sido capaz de desenvolver uma rede de sistema de prestação de contas que envolve instituições que operam nos três ramos do Governo (o Ministério Público, a mídia e as organizações da sociedade civil), bem como pela evolução positiva na mídia brasileira em direção a um comportamento mais autônomo e investigativo. Contudo, o golpe parlamentar contra a Presidente eleita Dilma Rousseff revelou que, sendo um produto da história, não há garantias de que o equilíbrio de poder que fornece a base para as democracias ocidentais dure para sempre. O Governo do ex-Presidente Jair Bolsonaro, marcado pela sensação generalizada de que tudo era permitido e aberto à violência opressiva (Barretto Filho, 2020), exemplifica a instabilidade brasileira.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo objetivou identificar e compreender de que maneira o compromisso normativo se manifesta no discurso jornalístico luso-brasileiro. A partir da análise crítica do editorial assinado conjuntamente por *Público* e *Folha de S. Paulo* para anunciar a oferta de assinatura digitais conjuntas, perceberam-se cinco eixos: a informação digital; certa idealização do jornalismo como defensor da democracia; as questões migratórias; a língua portuguesa; e os objetivos europeus. De maneira alargada, os dois periódicos unem-se para ampliar a sua força no campo jornalístico. Entretanto, por mais que se almeje uma irmandade entre Portugal e Brasil — ou seja, uma sociedade luso-brasileira ideal, inspirada pelas teorias democráticas —, as particularidades político-institucionais de cada país abalam a fantasia criada.

A versão relativamente recente da *Folha de S. Paulo*, de defensora da democracia (a ponto de se unir a outros veículos de comunicação social para contestar as informações falsas do ex-Presidente Jair Bolsonaro, durante a pandemia), não apaga o seu passado, no qual compactuou com a ditadura militar; tampouco o seu presente, que gira em torno dos interesses da família Frias, proprietária do jornal. A associação com o *Público* eleva o seu prestígio a um patamar internacional, no entanto é preciso atenção para que a busca pela qualidade da comunicação não caminhe para a arrogância, sobretudo na crítica a questões internas. Em comparação, o fato de o *Público* ter sido criado após a Revolução dos Cravos garante mais fiabilidade ao compromisso assumido. Porém, é evidente que o interesse no Brasil, em certa medida, desafia o orgulho nacional, conforme se observou na controversa adesão ao acordo ortográfico pelos jornalistas portugueses.

Para entender o campo jornalístico, é preciso atentar para o grau de autonomia do campo e, dentro do campo, o grau de autonomia dos veículos de comunicação social (Bourdieu, 2005). As nuances luso-brasileiras não invalidam o compromisso normativo assumido por *Público* e *Folha de S. Paulo*. Pelo contrário, evidencia-se a importância de olhar para os jornais tradicionalmente produtores de edições impressas a fim de perceber as estratégias que utilizam para reafirmar sua qualidade noticiosa, sobretudo diante da mídia digital e da desinformação. O foco no impresso presta-se mais facilmente à comparação entre os diferentes contextos socioculturais.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020 (financiamento base) e UIDP/00736/2020 (financiamento programático).

REFERÊNCIAS

- Aguiar, S. (2016). *Territórios do jornalismo: Geografias de mídia local e regional no Brasil*. Editora PUC-Rio; Vozes.
- Albuquerque, A. de. (2005). Another "Fourth Branch": Press and political culture in Brazil. *Journalism*, 6(4), 486–504. <https://doi.org/10.1177/1464884905056817>
- Albuquerque, A. de. (2019a). Journalism and multiple modernities: The *Folha de S. Paulo* reform in Brazil. *Journalism Studies*, 20(11), 1546–1562. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2018.1528881>
- Albuquerque, A. de. (2019b). Protecting democracy or conspiring against it? Media and politics in Latin America: A glimpse from Brazil. *Journalism*, 20(7), 906–923. <https://doi.org/10.1177/1464884917738376>
- Assis, G. D. O. (2021). "Estar aqui, estar lá": Novas configurações familiares e afetivas na migração de brasileiros para Europa. *Simpósio Gênero e Políticas Públicas*, 6, 1212–1229. <https://doi.org/10.5433/SGPP.2020v6.p1212>
- Avritzer, L. (2020). A crise da democracia e a ascensão do populismo de direita no Brasil. In A. C. Pinto & F. Gentile (Eds.), *Populismo - Teorias e casos* (1.ª ed., pp. 145–156). Edmeta.

- Azevedo, F. A. (2006). Mídia e democracia no Brasil: Relações entre o sistema de mídia e o sistema político. *Opinião Pública*, 12(1), 88–113. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762006000100004>
- Barretto Filho, H. T. (2020). Bolsonaro, meio ambiente, povos e terras indígenas e de comunidades tradicionais. *Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)*, 29(2), 1–9. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v29i2pe178663>
- Belair-Gagnon, V. (2019). Sociology of news work. In T. P. Vos & F. Hanusch (Eds.), *The international encyclopedia of journalism studies* (pp. 1–8). John Wiley & Sons. <https://doi.org/10.1002/9781118841570.iejs0031>
- Borges, R., & Afonso, A. (2018). Why subaltern language? Yes, we speak Portuguese! Para uma crítica da colonialidade da língua na mobilidade estudantil internacional. *Comunicação e Sociedade*, 34, 59–72. [https://doi.org/10.17231/comsoc.34\(2018\).2935](https://doi.org/10.17231/comsoc.34(2018).2935)
- Bourdieu, P. (2005). The political field, the social science field, and the journalistic field. In R. Benson & E. Neveu (Eds.), *Bourdieu and the journalistic field* (pp. 29–47). Polity Press.
- Brüggemann, M., Engesser, S., Büchel, F., Humprecht, E., & Castro, L. (2014). Hallin and Mancini revisited: Four empirical types of Western media systems. *Journal of Communication*, 64(6), 1037–1065. <https://doi.org/10.1111/jcom.12127>
- Carey, J. W. (2007). A short history of journalism for journalists: A proposal and essay. *Harvard International Journal of Press/Politics*, 12(1), 3–16. <https://doi.org/10.1177/1081180X06297603>
- Carlson, M. (2016). Metajournalistic discourse and the meanings of journalism: Definitional control, boundary work, and legitimation. *Communication Theory*, 26(4), 349–368. <https://doi.org/10.1111/comt.12088>
- Carlson, M., Robinson, S., Lewis, S. C., & Berkowitz, D. A. (2018). Journalism studies and its core commitments: The making of a communication field. *Journal of Communication*, 68(1), 6–25. <https://doi.org/10.1093/joc/jqx006>
- Carvalho, C. A. (2019). Moisés de Lemos Martins: “O português é uma língua não só de comunicação, mas também de culturas, pensamento e conhecimento”. *MATRIZES*, 13(1), 93–106. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v13i1p93-106>
- Christians, C. G., Glasser, T. L., McQuail, D., Nordenstreng, K., & White, R. A. (2009). *Normative theories of the media: Journalism in democratic societies*. University of Illinois Press.
- Couldry, N., & Andreas, H. (2017). *The mediated construction of reality*. Polity Press.
- Deuze, M. (2001). Understanding the impact of the internet: On new media professionalism, mindsets and buzzwords. *EJournalist*, 1(1).
- Deuze, M. (2003). The web and its journalisms: Considering the consequences of different types of newsmedia online. *New Media & Society*, 5(2), 203–230. <https://doi.org/10.1177/1461444803005002004>
- Deuze, M., & Witschge, T. (2018). Beyond journalism: Theorizing the transformation of journalism. *Journalism*, 19(2), 165–181. <https://doi.org/10.1177/1464884916688550>
- Dias, A. B. (2012). *O presente da memória: Uso do passado e as (re)construções de identidade da Folha de São Paulo, entre o “golpe de 1964” e a “ditabranda”* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná]. DSpace. <http://hdl.handle.net/1884/27381>
- Eldridge, S., II. (2017). Hero or anti-hero? *Digital Journalism*, 5(2), 141–158. <https://doi.org/10.1080/21670811.2016.1162105>

- França, T., & Padilla, B. (2019). Imigração brasileira para Portugal: Entre o surgimento e a construção midiática de uma nova vaga. *Cadernos de Estudos Sociais*, 33(2), 207–237. <https://doi.org/10.33148/CES2595-4091v.33n.220181773>
- França, V. R. V. (1998). *Jornalismo e a vida social: A história amena de um jornal mineiro*. Editora UFMG.
- Franklin, B. (2012). The future of journalism: Developments and debates. *Journalism Studies*, 13(5–6), 663–681. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2012.712301>
- Freedman, E. (2020). In the crosshairs: The perils of environmental journalism. *Journal of Human Rights*, 19(3), 275–290. <https://doi.org/10.1080/14754835.2020.1746180>
- Gerring, J. (2004). What is a case study and what is it good for? *American Political Science Review*, 98(2), 341–354. <https://doi.org/10.1017/S0003055404001182>
- Guimarães, G. T. D., Paula, M. C., & Hirai, W. G. (2020). Discourse analysis applied to qualitative research: Methodological perspective in debate. *New Trends in Qualitative Research*, 4, 40–54. <https://doi.org/10.36367/ntqr.4.2020.40-54>
- Guion, L. A., Diehl, D. C., & McDonald, D. (2011). *Conducting an in-depth interview*. University of Florida.
- Hallin, D. C., & Giles, R. (2005). Presses and democracies. In G. Overholser & K. H. Jamieson (Eds.), *Institutions of American democracy: The press* (pp. 4–16). Oxford University Press.
- Hanitzsch, T. (2019). Journalistic roles. In T. P. Vos & F. Hanusch (Eds.), *The international encyclopedia of journalism studies* (pp. 1–9). John Wiley & Sons. <https://doi.org/10.1002/9781118841570.iejs0029>
- Joseph, B. (2013). De-coupling journalism and democracy: Or how much democracy does journalism need? *Journalism*, 14(4), 441–445. <https://doi.org/10.1177/1464884913489000>
- Martins, M. de L. (2010). Jornalismo e sonho de comunidade. In M. Oliveira (Ed.), *Metajornalismo - Quando o jornalismo é sujeito do próprio discurso* (pp. 9–13). Grácio Editor. <http://hdl.handle.net/1822/30049>
- Martins, M. de L. (2017). *A linguagem, a verdade e o poder: Ensaio de semiótica social*. Edições Húmus.
- McNair, B. (1998). *The sociology of journalism*. Arnold.
- McNair, B. (2017). After objectivity? Schudson's sociology of journalism in the era of post-factuality. *Journalism Studies*, 18(10), 1318–1333. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2017.1347893>
- McQuail, D. (2010). *McQuail's mass communication theory*. SAGE.
- Mesquita, L. (2023). Collaborative journalism and normative journalism: Lessons from Latin American journalism. *Análisi*, 68, 27–44. <https://doi.org/10.5565/rev/analisi.3541>
- Miranda, J., Fidalgo, J., & Martins, P. (2021). Jornalistas em tempo de pandemia: Novas rotinas profissionais, novos desafios éticos. *Comunicação e Sociedade*, 39, 287–307. [https://doi.org/10.17231/comsoc.39\(2021\).3176](https://doi.org/10.17231/comsoc.39(2021).3176)
- Moon, R. (2021). When journalists see themselves as villains: The power of negative discourse. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 98(3), 790–807. <https://doi.org/10.1177/1077699020985465>
- Nerone, J. (2013). The historical roots of the normative model of journalism. *Journalism*, 14(4), 446–458. <https://doi.org/10.1177/1464884912464177>
- Nicoletti, J., & Flores, A. M. M. (2022). Violência contra jornalistas no canal de Jair Bolsonaro no Youtube. *Brazilian Journalism Research*, 18(1), 4–35. <https://doi.org/10.25200/BJR.v18n1.2022.1438>

- Ninitas, M. S. (2020). "Troca de galhardetes". Para o estudo da violência verbal na polémica sobre o acordo ortográfico em Portugal. *Revista de Estudos da Linguagem*, 28(4), 1873–1912. <https://doi.org/10.17851/2237-2083.28.4.1873-1912>
- Novais, R. A., Moreira, S. V., & Silva, L. (2013). Brothers in arms? Portuguese and Brazilian journalistic worlds compared. *Brazilian Journalism Research*, 9(1), 76–95. <https://doi.org/10.25200/BJR.v9n1.2013.486>
- Oliveira, M., & Paulino, F. O. (2017). Serviço público de média em Portugal e no Brasil: Problemas e desafios da pesquisa comparada. *Sur le Journalisme, About Journalism, Sobre Jornalismo*, 6(2), 56–67. <https://doi.org/10.25200/SLJ.v6.n2.2017.317>
- O'Sullivan, J., Fortunati, L., Taipale, S., & Barnhurst, K. (2017). Innovators and innovated: Newspapers and the postdigital future beyond the "death of print". *Information Society*, 33(2), 86–95. <https://doi.org/10.1080/01972243.2017.1289488>
- Paixão Marcos, P. S. M. (2018). Linha editorial no jornalismo brasileiro: Conceito, gênese e contradições entre a teoria e a prática. *Revista Alterjor*, 17(1), 90–108.
- Perdomo, G., & Rodrigues-Rouleau, P. (2022). Transparency as metajournalistic performance: *The New York Times'* Caliphate podcast and new ways to claim journalistic authority. *Journalism*, 23(11), 2311–2327. <https://doi.org/10.1177/1464884921997312>
- Perreault, G., Perreault, M. F., & Maares, P. (2022). Metajournalistic discourse as a stabilizer within the journalistic field: Journalistic practice in the Covid-19 pandemic. *Journalism Practice*, 16(2–3), 365–383. <https://doi.org/10.1080/17512786.2021.1949630>
- Perreault, G., Tandoc, E., & Caberlon, L. (2023). Journalism after life: Obituaries as metajournalistic discourse. *Journalism Practice*, 1–18. <https://doi.org/10.1080/17512786.2023.2202642>
- Quandt, T., Frischlich, L., Boberg, S., & Schatto-Eckrodt, T. (2019). Fake news. In *The international encyclopedia of journalism studies* (pp. 1–6). John Wiley & Sons. <https://doi.org/10.1002/9781118841570.iejs0128>
- Rezola, M. I. (2008). The military, 25 April and the Portuguese transition to democracy. *Portuguese Journal of Social Science*, 7(1), 3–16. https://doi.org/10.1386/pjss.7.1.3_1
- Sakurai, T. (2017). Cultural factors in the flow of international news: A review of the literature. *SHS Web of Conferences*, 33, Artigo 00008. <https://doi.org/10.1051/shsconf/20173300008>
- Scalabrin Müller, M., Cabecinhas, R., & Santos Silva, D. (2023). Cultural journalism in Brazil and Portugal. *Brazilian Journalism Research*, 19(1), e1546. <https://doi.org/10.25200/BJR.v19n1.2023.1546>
- Schudson, M. (2011). *The sociology of the news*. W. W. Norton and Company.
- Serrano, E. (2020). Populismo em Portugal. *Media & Jornalismo*, 20(37), 221–239. https://doi.org/10.14195/2183-5462_37_12
- Souza, S. M. B. de. (2019). *Jornalismo e mobilidade: Características do app do jornal Folha de S. Paulo* [Monografia de graduação, Universidade Federal do Tocantins]. Repositório UFT. <http://hdl.handle.net/11612/1905>
- Thomas, R. J. (2019). Helpfulness as journalism's normative anchor: Addressing blind spots and going back to basics. *Journalism Studies*, 20(3), 364–380. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2017.1377103>
- Traquina, N. (2005). *Teorias do jornalismo: Porque as notícias são como são*. Insular.
- van Dijk, T. A. (1998). *Ideology: A multidisciplinary approach*. SAGE.

- van Dijk, T. A. (2015). Critical discourse analysis. In D. Tannen, H. E. Hamilton, & D. Schiffrin (Eds.), *The handbook of discourse analysis* (2.ª ed., pp. 466–485). Wiley Blackwell.
- van Dijk, T. A. (2017). *Discurso, notícia e ideologia: Estudos na análise crítica do discurso*. Edições Húmus.
- Vargas, C., Sarmiento, C., & Oliveira, P. (2017). Cultural networks between Portugal and Brazil: A postcolonial review. *International Journal of Cultural Policy*, 23(3), 300–311. <https://doi.org/10.1080/10286632.2015.1056175>
- Wu, H. (2000). Systemic determinants of international news coverage: A comparison of 38 countries. *Journal of Communication*, 50(2), 110–130. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2000.tb02844.x>
- Wu, L., Morstatter, F., Carley, K. M., & Liu, H. (2019). Misinformation in social media. *ACM SIGKDD Explorations Newsletter*, 21(2), 80–90. <https://doi.org/10.1145/3373464.3373475>
- Zelizer, B. (2017). *What journalism could be*. Polity Press.

NOTA BIOGRÁFICA

Thaís Braga é doutorada em Ciências da Comunicação. É jornalista na Universidade Federal do Pará e investigadora colaboradora no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Integra os grupos de pesquisa Hermenêutica e Comunicação — HERMENECOM, Narrativas Contemporâneas na Amazônia Paraense — NARRAMAZÔNIA e Mídia e Violência: Percepções e representações na Amazônia (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2505-7367>

Email: thaislcbraga@gmail.com

Morada: Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal

Submetido: 11/11/2023 | Aceite: 23/01/2025



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.